

Ano 11, Vol XXI, Número 2, Jul-Dez, 2018, Pág. 288-305.

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: um estudo a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Oeste do Pará¹.

Luís Alípio Gomes & Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Resumo: A questão ambiental tornou-se um desafio para a sociedade a partir dos avanços científicos e tecnológicos. O artigo traz os resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Curso de Doutorado em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994; Chizzotti, 2010) tendo como base da investigação a pesquisa bibliográfica e documental (Lakatos; Marconi, 2003; Cellard, 2008; Gil, 2009). A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), localizada no interior da Amazônia e considerada estratégica para o desenvolvimento regional. Como recorte temporal foi considerado os anos de 2012-2016 que coincide com o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A pesquisa delinhou-se em bibliográfica e documental. Verificou-se que apesar do desenvolvimento sustentável constar no PDI da Ufopa, o documento em sua versão original e aditado não buscou aprofundar as bases conceituais, filosóficas e epistemológicas desse termo. No documento encontra-se algumas questões pontuais mais voltadas para a construção de um campus verde. Faz-se necessário a atualização deste documento explicitando os desdobramentos da sustentabilidade na realidade acadêmica a serem expressos formalmente de forma factível evitando com isso ficar limitado a mera intencionalidade. Os estudos sobre a ambientalização curricular podem trazer importantes contribuições para se estabelecer a relação entre sustentabilidade e educação superior.

Palavras – chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Educação. Educação Superior.

Abstract: The environmental issue has become a challenge for society from scientific and technological advances. The article presents the partial results of the research that is being developed in Environmental Sciences, Nature Society and Development Program at the Federal University of Pará Western. The approach is a qualitative research (Bogdan and Biklen, 1994; Chizzotti, 2010), based on the research literature and bibliographical research (Lakatos, Marconi, 2003, Cellard, 2008, Gil, 2009). The research was developed within the Federal University of Pará Western (Ufopa), located in Amazon region and considered strategic for regional development. The years 2012-2016 were considered to coincide with the period of validity of the Institutional Development Plan (IDP). The research was delineated in bibliographical and documentary. Although sustainable development is included in the Ufopa PDI, this approach is not deep enough about the conceptual, philosophical and epistemological aspects. In the document there are some more specific questions for the construction of a green campus. It is necessary to update this document by explaining the consequences of sustainability in academic reality to be formally expressed in a feasible way and thus avoid being limited to mere intentionality. The studies about the curricula greening can bring important contributions to establish the relationship between sustainability and higher education.

Key - words: Sustainability. Sustainable Development. Education. Higher Education.

¹ Texto original publicado em capítulo do livro “Towards Green Campus Operations: Energy, Climate and Sustainable Development Initiatives at Universities, Editora Springer em 2017. Livro de autoria de W. L. Filho; F. Frankenberger; P. Iglecias; R. C. K. Mülfarth. Informação disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-76885-4>

1. INTRODUÇÃO

O artigo discute os problemas ambientais que começaram a ganhar contornos mundiais afetando diretamente a qualidade de vida do planeta em função dos avanços científicos e tecnológicos dos países nos últimos 50 anos do século XX. Relata as estratégias que vem sendo adotada entre as diferentes nações como forma de coibir ou mitigar os danos ambientais.

O papel da educação e, de forma específica das universidades, a partir da análise do conceito de ambientalização curricular, foi analisado dentro do contexto das formas de conscientização das pessoas com relação ao meio ambiente. Traz os resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Curso de Doutorado em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A pesquisa é de natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; CHIZZOTTI, 2010) tendo como base da investigação a pesquisa bibliográfica e documental (LAKATOS; MARCONI, 2003; CELLARD, 2008; GIL, 2009). A investigação foi desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), localizada no interior da Amazônia e considerada estratégica para o desenvolvimento regional. Como recorte temporal considerou-se os anos de 2012 a 2016.

Aborda-se as circunstâncias de como a problemática ambiental entrou de forma definitiva na agenda das nações. O texto faz uma discussão do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e o papel da educação com relação as questões ambientais. Destaca a responsabilidade das universidades na formação de profissionais que atuarão na sociedade e a necessidade da discussão da ambientalização curricular como meio de garantir a inserção da temática socioambiental nesta formação. E, relata como ocorreu a pesquisa no âmbito da Ufopa e as questões científicas que foram objeto de análise com relação ao PDI. Ao final propõe algumas ações para serem levadas em consideração em função dos resultados da pesquisa.

2. AGENDA AMBIENTAL ENTRA EM CENA

Há uma preocupação da sociedade com as questões ambientais que vem sempre acompanhada de densos relatórios, estudos, pesquisas demonstrando os impactos gerados pela relação nem sempre amistosa do ser humano com o meio ambiente. Ar, água, solo e a própria existência dos seres vivos ainda passam por uma série de ameaças

causadas pelo desmantamento, poluição, degradação entre tantas e variadas formas de agressão à natureza e a existências dos seres em geral.

A sociedade tem sido informada por meio de noticiários sobre inúmeras catástrofes e excessivo uso dos recursos naturais, no conjunto de mudanças substanciais ao meio ambiente (desmatamento, desastres naturais, mudanças climáticas, contaminação) que tem gerado problemáticas ambientais em todos os países do mundo, especialmente os industrializados (BOLEA ET AL., 2004). É importante registrar que esta relação do ser humano com a natureza não é recente. Reigota (2007) afirma que a partir da Segunda Guerra Mundial e com os avanços no campo da ciência e da tecnologia gerou-se de maneira mais forte e acentuada a problemática ambiental. Por sua vez, tal situação trouxe provocações para o meio científico a partir do crivo político, ético e epistemológico em se produzir ciência. Gadotti (2004, p.385) menciona que “com a ânsia de dominar a Terra, o ser humano foi se afastando dela, da sua casa, da sua nave, quebrando os laços de coexistência com os demais seres, a interdependência e a solidariedade”.

A pauta ambiental foi sendo inserida de forma gradual na agenda dos governos de diferentes nações e tem recebido diferentes tratamentos. Às vezes prioritária ou não, o fato é que hoje o desenvolvimento de qualquer nação não pode deixar de considerar o debate e as preocupações com a questão ambiental e o impacto gerado pelos diversos empreendimentos com relação ao meio ambiente. É importante enfatizar que essa preocupação não afeta apenas as nações e governos em nível da macroescala, mas atinge também a todos os segmentos, instituições, setores e os cidadãos da sociedade na microescala. No que diz respeito às instituições que desenvolvem pesquisas, questiona-se sobre a finalidade, a forma como é produzida, financiada e comprometida a produção científica se esta estaria contribuindo para agravar ou amenizar a situação ambiental no planeta. Em síntese, a partir da segunda metade do século XX, com os avanços da ciência e da tecnologia, alguns segmentos da sociedade começaram a ter uma preocupação sobre o binômio desenvolvimento e meio ambiente.

2.1 Do Paradoxo ao Desenvolvimento Sustentável

No ano de 1962 foi publicado o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) da autora Rachel Carson. Neste livro a autora relata as consequências danosas da utilização

dos pesticidas e inseticidas químico-sintéticos para o ser humano e para o ambiente. Despertou-se com isso a preocupação das pessoas para os prejuízos à saúde humana do uso de produtos químicos no controle de pragas e doenças. Outros fatos não menos importantes dizem respeito a destruição da biodiversidade, extinção de espécies, destruição progressiva da camada de ozônio por gases efeito estufa, aquecimento global, crescimento da população mundial, poluição e indisponibilidade de água potável (KRAEMER, 2004).

Convenções, conferências, acordos, cartas, tratados e uma série de marcos legais foram sendo elaboradas e expedidos ao término do Século XX e início do Século XXI como forma de coibir, disciplinar, regulamentar, ordenar, evitar e mitigar a exploração deste ou daquele recurso natural. Geli e Leal Filho (2006) elencam várias conferências internacionais e encontros realizados que evidenciaram a preocupação com o meio ambiente. Dentre vários eventos realizados registra-se a primeira grande conferência-macro na área de meio ambiente, Conferência de Estocolmo, de 1972; a Carta de Belgrado de 1975; a Conferência Intergovernamental de Tbilisi de 1977; o Encontro Internacional de Especialistas in Educação Ambiental de Paris em 1982; a Conferência de Moscow em 1987; Conferência do Rio em 1992; o Congresso Mundial de Educação e Comunicação para o Ambiente e Desenvolvimento em 1992; Conferência de Thessaloniki em 1997; Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10) em Johannesburgo no ano de 2002. Todos esses eventos realizados em nível internacional tiveram a capacidade de mobilizar nações de boa parte do mundo a fim de debater, pactuar e estabelecer ações estratégicas para a equação desenvolvimento e meio ambiente.

Tais eventos em escala internacional contaram com a participação de diferentes países e como forma de compromisso com a redução da poluição geradas pelas suas indústrias tiveram que assinar protocolos com o fim de coibir ou mitigar ações consideradas predatórias com relação ao ambiente. Nesses eventos, foi destinado um importante papel à educação como formadora das presentes e futuras gerações no que diz respeito ao meio ambiente. Entende-se que a educação formal e informal incide diretamente na formação de novas atitudes, posturas, concepções na relação ser humano e natureza a partir do processo educativo conscientizador.

A humanidade do final do Século XX vivia um paradoxo: de um lado havia muita riqueza e fartura no mundo, de outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentava gradativamente. Ganhava força a ideia que não bastava produzir riqueza e desenvolvimento econômico a custo do meio ambiente, era fundamental desenvolver sem perder de vista as limitações ecológicas do planeta (KRAEMER, 2004). No ano de 1972 a Organização das Nações Unidas convocou uma Conferência sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo na Suécia. Houve o entendimento que a humanidade chegou a um ponto na História em que deveria moldar suas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença pode-se causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual a vida e o bem estar das pessoas dependem. Por outro lado através do maior conhecimento e de ações mais sábias, há a possibilidade de conquistar uma vida melhor para a geração atual e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas. Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade (ONU, 1972).

Não era mais possível buscar o desenvolvimento a qualquer custo pois o momento histórico impunha ações para tentar reverter danos ao meio ambiente. Neste sentido, aprovou-se uma declaração ao final desta Conferência um Manifesto Ambiental que elencou 26 princípios que deveria pautar a conduta da sociedade e sua relação com o meio ambiente. No princípio 19 há um reconhecimento explícito sobre o papel estratégico da educação que passa a ser considerada indispensável, principalmente, em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que deveria prestar a devida atenção a população menos privilegiada, a fim de consolidar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, empresas e da coletividade no melhoramento do meio ambiente em toda dimensão humana.

Em 1983, a médica *Gro Harlem Brundtland*, ex-primeira ministra da Noruega, foi convidada pelo Secretário-Geral da ONU para presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, resultando desse trabalho a publicação no ano de 1987 do documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)* também conhecido como Relatório de Brundtland. Ao lado da educação, outro termo ganhou força para garantir o futuro das próximas gerações: o desenvolvimento sustentável. Na

96ª reunião plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1987 é apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações em atenderem suas próprias necessidades.

Para Brunacci e Philippi Jr. (2005), a expressão desenvolvimento sustentável foi incorporada à retórica oficial e veio a enriquecer os discursos acadêmicos, as propostas dos políticos e empresários, as ideias dos profissionais e militantes da área ambiental. Em função da repercussão que teve nos meios de comunicação, começou a fazer parte do linguajar cotidiano dos mais diferentes segmentos da sociedade. O conceito de desenvolvimento sustentável mesmo sofrendo críticas pelo fato de uso corrente ter se tornado sintético e genérico, acabou sendo bastante difundido na literatura. O uso desse vocábulo que vai se consolidando e ganhando força em vários campos (BRUNACCI; PHILIPPI JR., 2005).

Gadotti (2004) fala em educar para a vida sustentável como forma de educar para a cidadania planetária. Isto implica em promover a cultura da sustentabilidade que propõe um conjunto de saberes e valores, dos quais destacam-se a educação para pensar globalmente, para os sentimentos, para a simplicidade, para a quietude. A educação para formar a identidade terrena e a compreendê-la. Nesta abordagem sobre a cultura da sustentabilidade, o autor reconhece a necessidade de se reconceitualizar o currículo, mas não apenas isso, é necessário impregná-lo com os temas da vida. Sem uma educação sustentável, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico. A sustentabilidade é um princípio orientador da educação, dos currículos, objetivos e métodos (GADOTTI, 2004).

Kraemer (2004) destaca que a educação prepara para a vida, no sentido de garantir a empregabilidade e aptidão para o trabalho, de possibilitar ao indivíduo responder à uma sociedade em rápida evolução com o advento da tecnologia e, finalmente, de conseguir responder à busca da felicidade, do bem estar e da qualidade de vida. As instituições de ensino e, de forma específica a universidade, atuam de forma direta na preparação das gerações para um futuro viável em função do seu efeito multiplicador, uma vez que a partir do convencimento de cada estudante por boas ideias de sustentabilidade tem a capacidade de influenciar o conjunto da sociedade nas diferentes áreas (KRAEMER, 2004).

Guerra e Figueiredo (2014), ao considerar o papel relevante do ensino superior, destacam sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética, além da inserção da dimensão ambiental no ensino, pesquisa, extensão e gestão. Para Kraemer (2004), o desafio do desenvolvimento sustentável encontra na universidade uma instituição capaz de exercer um papel de liderança uma que vez que sua tradição e missão é o ensino e a formação de decisores do futuro e de cidadãos mais capacitados para tomada de decisão.

Devido a importância assumida pelas universidades, Kraemer (2004) elaborou um quadro que evidencia os documentos produzidos desde 1972 à 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU), os quais se faz menção a educação rumo ao desenvolvimento sustentável por meio da universidade (ver quadro 1).

Quadro 1 - A ONU e as universidades no âmbito do Desenvolvimento Sustentável (1972-1992)

Documento	Objetivos	Medidas Recomendadas
Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (1972) – Declaração de Estocolmo (Princípios 9 e 24)	Prever e/ou minorar aspectos contrários ao desenvolvimento sustentável	Formulação de acordos multi ou bilaterais ou de outras formas de cooperação (nomeadamente em transferência tecnológica).
Conferência das Nações Unidas (1991) Relatório do Comitê Preparatório	Envolver todos na educação para o desenvolvimento sustentável	Envolvimento de decisores no governo, de especialistas que os aconselhem nas universidades, institutos de investigação, etc.
Conferências das Nações Unidas (1992) Declaração do Rio (Princípio 9)	Fortalecer o desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento sustentável	Intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico. Desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias, incluindo as novas e inovativas.
Conferências das Nações Unidas (1992) Agenda 21 (Capítulos 31, 34, 35 e 36)	Clarificar o papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentável	(Re)desenho dos programas nacionais em Ciência e Tecnologia por forma a clarificar contribuições do setor para o desenvolvimento sustentável e identificar funções/responsabilidades do setor no desenvolvimento humano
	Gerar e disseminar conhecimento e informação em desenvolvimento sustentável	Produção de avaliações científicas de longo prazo sobre depleção dos recursos, uso da energia, impactos na saúde e tendências demográficas, e tornar públicas em formas amplamente compreendidas.
	Educar todos para o desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento de programas de educação em ambiente e desenvolvimento (acessível a pessoas de todas as idades). Incentivos dos países às universidades e a redes de trabalho neste âmbito.

Fonte: Kraemer (2004), adaptado pelos autores (2017).

O quadro demonstra que a educação e as universidades foram paulatinamente assumindo responsabilidades com relação ao desenvolvimento sustentável. Várias medidas poderiam ser desencadeadas pelas universidades como a formulação de acordos multi ou bilaterais, cooperação e transferência tecnológica, configuração de programas em Ciência e Tecnologia, produção de conhecimentos científicos, desenvolvimento de programas em educação ambiental e desenvolvimento. Uma das ações vem sendo alvo de pesquisas científicas trata do processo de ambientalização curricular no âmbito das universidades.

Para Geli e Leal Filho (2006) a origem da temática da ambientalização curricular ocorreu no esforço de pesquisadores de vários países na formação da Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES). Segundo os autores, essa rede foi formada em 2002 dentro do *Programa de Ambientalização Curricular do Ensino Superior: proposta de intervenções e análises do processo* da União Européia. Participaram desde programa cinco universidades européias, seis latino-americanas, das quais três eram brasileiras (Universidade Estadual Paulista – UNESP; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR), perfazendo um total de onze universidades que tinham o objetivo de elaborar metodologias de análises para avaliar o grau de ambientalização curricular na América Latina e Europa.

Nóbrega e Cleophas (2016) enfatizam que o processo de ambientalização ocorre quando há uma institucionalização das práticas socioambientais na escola ou na universidade havendo uma participação amplas de diferentes atores. Ambientalizar o currículo signicar representar o mesmo conteúdo sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, garantindo que a interdisciplinaridade atue nos currículos de forma direta a partir da inserção das temática socioambientais do modo transversal. Bolea et al., (2004) compreendem a ambientalização curricular como a introdução de conhecimentos, critérios e valores ambientais e sustentáveis nos estudos e programas universitários. Pressupõe a inclusão nos planos de ensino de conceitos e instrumentos capazes de compreender e apreciar o meio ambiente e sua complexidade o que representa uma mudança radical na concepção e explicação de muitas disciplinas que se leciona na universidade.

Em suma, ambientalizar o currículo, apesar de não ser uma ideia nova, tem o sentido de inserir na universidade:

... incluya innovaciones conceptuales, metodológicas y actitudinales, pero también estructurales y organizativas; que permita los enfoques interdisciplinarios; que facilite un planteamiento global de objetivos y contenidos; que acerque a la comprensión de la complejidad y a la visión planetaria (...) que faciliten la descentralización y la flexibilidad del currículo necesaria para adaptarse al entorno y dar respuesta a sus inquietudes. (GONZÁLEZ MUÑOZ, 1996, p. 23).

Pode-se questionar: por que ambientalização curricular e não educação ambiental na universidade? Reigota (2007), ao fazer uma análise da contribuição da educação ambiental para a ciência e a sustentabilidade, registra que em uma pesquisa sobre o estado da arte da educação ambiental brasileira, de 1984 a 2002, foram produzidas no Brasil e no exterior por brasileiros, 1 tese de livre-docência, 45 teses e 264 dissertações. A “cartografia da educação ambiental brasileira” segundo ele, revela um movimento de migração de uma perspectiva oriunda dos movimentos sociais e das Ciências Biológicas, principalmente na área de educação (REIGOTA, 2007).

A ambientalização curricular é um processo desencadeado pela conjugação de esforços das próprias universidades que buscam a definição da concepção deste tipo de currículo, a sua caracterização para a sustentabilidade, e o desenho e a implementação de ações práticas visando a incorporação da sustentabilidade na educação superior (GELI; LEAL FILHO, 2006). Portanto, não é apenas desejável mas necessário que se investigue ambientalização curricular pelo fato de ter a sua origem no esforço das próprias universidades. Uma das razões pelas quais o foco recai sobre a universidade está relacionado ao papel que esta exerce na sociedade, pois ela:

...conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores, porque se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la, o que acaba por ter um efeito regenerador...A Universidade tem uma missão e função transecular que vão do passado ao futuro por intermédio do presente; tem uma missão transnacional que conserva, porque dispõe de uma autonomia que a permite efetuar esta missão, apesar do fechamento nacionalista das nações modernas (MORIN, 2004^a, p. 15).

A universidade tem essa missão histórica no campo da produção de saberes, ideias e valores. Nos dias atuais fala-se da responsabilidade social universitária e o desenvolvimento sustentável (CASANOVA; TROITEIRO, 2013) afora outros temas

que estão sobre sua tutela. De todo modo, não há como desvencilhar o papel que as universidades ocupam nos diferentes contextos que estão inseridas. Em se tratando do contexto regional, Rolim e Serra (2009) afirmam que na região onde a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional está mais propício à superação das questões consideradas problemáticas, além de contribuir para a melhoria do padrão de vida da população por meio da formação de profissionais e das pesquisas desenvolvidas e sua extensão com a comunidade.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA E AS QUESTÕES DE ESTUDO

Esta investigação tem como *lócus* a Universidade Federal do Oeste do Pará, sediada no município de Santarém. Este município está situado ao norte do Brasil, localizado na mesorregião do Baixo Amazonas, no interior do estado do Pará, microrregião de Santarém e considerado centro polarizador da Região Oeste do Pará – área que abrange 722.358 km² e abriga vinte e sete Municípios. A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi implantada com um forte apelo ao desenvolvimento regional, principalmente, considerando sua localização no interior da Amazônia.

Figura 1 - Porção territorial ocupada pelo município de Santarém no Estado do Pará.



Fonte: Imagem obtida na *internet*. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=885726>. Acesso em 20/06/2015, às 14h54.

Nos anos de 2008 e 2009 a população de Santarém foi estimada em 275.571 habitantes e 276.665 habitantes, respectivamente. Informações oficiais do Censo do IBGE divulgadas em abril de 2011, registram que a população foi estimada em 294.580 habitantes (SANTARÉM, 2013).

A implantação Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi resultado da política de Governo Federal por meio do Decreto nº 6.096, de 24/4/2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e deu uma nova dinâmica para o surgimento de novas instituições federais de ensino superior. No caso da Ufopa, esta foi criada pela Lei nº 12.085, de 5/11/2009 que levou em consideração o desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA para criação da Ufopa.

Apesar de ser uma universidade nova, a sua constituição foi oriunda da junção de duas instituições que já mantinham cursos no município de Santarém-PA, como era o caso da UFPA e da UFRA, portanto, já havia uma experiência da atuação de instituições federais de ensino superior no município. A instituição ganhou projeção por ser considerada a primeira instituição federal de ensino superior no interior da Amazônia, e isto, ganhou significado estratégico em termos de desenvolvimento regional. A Amazônia, considerada, um dos grandes biomas brasileiros, é uma região que enfrentou ao longo de sua história vários desafios, assim como outras regiões do país. Mas, o que diferencia esta região das demais encontra na exuberância de sua biodiversidade uma marca que a torna única.

Os questionamentos que orientaram esta pesquisa foram: como ocorre a relação entre sustentabilidade e educação superior na Amazônia? Como a Ufopa expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional o compromisso com o desenvolvimento sustentável? Para isso adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica tem o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho; neste sentido, a presente pesquisa incluiu uma variedade de materiais sobre sustentabilidade e educação superior encontrados em livros, revistas, teses, dissertações, anais de eventos científicos, disponíveis tanto fisicamente quanto por via de acesso à rede mundial de computadores (*internet*).

Por sua vez, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico e podem ser aproveitados de acordo com objetivos da pesquisa (GIL, 1997). Envolve todos os materiais que podem servir de informação para a pesquisa científica e são encontradas em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particular (LAKATOS;

MARCONI, 2003). No caso específico deste estudo, a fonte principal para a pesquisa documental foi o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa e seu aditivo por representar um dos documentos da maior importância para instituição de ensino superior no país. Há uma exigência legal quanto a instituição do Plano de Desenvolvimento Institucional, pois nele estão contidas formalmente a intencionalidade, a visão, missão, valores e princípios que regem ou deveriam reger as instituições de ensino superior. Assim, utilizou-se como descritores os termos desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e sustentável que aparecem no PDI. Houveram consultas aos Relatórios Anuais de Atividades e de Relatório de Gestão da Diretoria de Meio Ambiente (DMA), afim de compreender como são desenvolvidas as ações voltadas para a questão ambiental no campus.

4. SUSTENTABILIDADE E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFOPA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma exigência da legislação brasileira, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; Decreto nº 5.773/2006 que dispôs sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e da Lei nº 13.005 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011-2020).

O PDI da Ufopa está estruturado em perfil institucional, agenda estratégica, cronograma de implantação e de desenvolvimento da instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimentos aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários. Os trabalhos de elaboração do PDI iniciaram em junho de 2011 e estenderam-se até o ano de 2013 (UFOPA, 2012). Antes do término da vigência do Plano, este documento foi aditado, justificando-se que as modificações realizadas foram para melhorar o planejamento das atividades da Universidade para o período proposto, a fim de permitir o alcance das metas traçadas” (UFOPA, 2016).

Consta na apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2012-2016) uma citação do documento das Nações Unidas relacionado a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, evidenciando que a universidade deveria exercer

um papel enquanto vetor de transformação e indução de mudanças na sociedade, na busca de desenvolvimento com sustentabilidade.

Nos objetivos estratégicos, ainda do PDI da UFOPA, é reforçado o compromisso da instituição com os “valores éticos e democráticos, inclusão social e desenvolvimento sustentável” a partir da “ampliação de oportunidades, redução da pobreza e das desigualdades respeitando o meio ambiente” (UFOPA, 2012). Nos Projetos Estratégicos da universidade constam os Programas Estruturantes, e neles há uma referência explícita sobre “A universidade como espaço verde: Campus VERDE e o ECO Turismo com a implantação do Mestrado Profissionalizante e Observatório do Turismo. No perfil do corpo docente há um objetivo estratégico de “atrair pessoal qualificado, ou seja, recursos humanos com as competências, habilidades e atitudes necessárias para ajudar a promover o desenvolvimento regional com sustentabilidade” (UFOPA, 2012, p. 77). As demais referências dissem respeito apenas a sustentabilidade financeira como podem ser observadas nas seções de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e Aspectos Financeiros e Orçamentários.

Com o processo de aditamento do PDI no ano de 2014 houve uma revisão do planejamento estratégico da instituição que gerou o aditamento no quadro de metas e indicadores. O documento revisado passou a empregar termos referentes a sustentabilidade nas seguintes seções do documento (ver quadro 2).

Quadro 2 - Referências a Sustentabilidade no PDI aditado (2012-2016)

Seção	Redação	Página
Indicadores Estratégicos da Ufopa	Objetivo estratégico: contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Ação estratégica: estabelecer o Plano de Logística Sustentável	38
Princípios filosóficos e técnicos-metodológicos	São princípios norteadores da formação na Ufopa: responsabilidade social e pública, relevância científica, artística e social, justiça e equidade, inovação, interacionalização e interatividade, articulação e a pertinência. Quanto à pertinência faz-se referência ao compromisso com a redução das desigualdades e desenvolvimento integral da sociedade, bem como com o fortalecimento da capacidade local para inovações que propiciem o uso sustentável da biodiversidade amazônica. (grifo nosso)	50
Políticas de extensão	Atividades direcionadas para a valorização da diversidade cultural e ambiental, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável e regional;	61
Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos (presencial e a distância).	Implantação do Curso de Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na modalidade presencial para o ano de 2011. Situação: já implantado e concluído;	87
Unidades das Acadêmicas	Instituto de Biodiversidade e Floresta (Ibef) que oferece cursos de Ciências Agrárias e Biotecnologia aparece no PDI com o compromisso em desenvolver recursos humanos de alto nível para a inovação, prospectando oportunidades para o desenvolvimento sustentável da Amazônia em parceria com o setor produtivo local e a sociedade.	113

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – aditado (2012-2016), adaptado pelos autores (2017).

Na parte relacionada as Políticas de Gestão Institucional, o documento aditado acrescentou uma inovação com relação ao primeiro ao criar um tópico específico relacionado a Gestão Ambiental, porém, ao fazer a leitura deste tópico, o documento faz referência somente a criação da Diretoria de Meio Ambiente e duas coordenadorias: Coordenação de Conservação e Limpeza e a Coordenação de Gestão Ambiental. O PDI não fez qualquer alusão as atribuições desta Diretoria e suas coordenações, mencionando apenas as ações que deveriam ser desenvolvidas. As ações são caracterizadas de vigência temporal e permanente. Ações de caráter temporal com previsão de término em 2014: mês de setembro (2 ações), novembro (1 ação), dezembro (5 ações); em 2015: mês de janeiro (1 ação). Ações de caráter permanente (11 ações).

Em consulta aos Relatórios Anuais de Atividades (2014 e 2015) e Relatório de Gestão da Diretoria de Meio Ambiente (DMA, 2016) encontram-se as principais atribuições desta Diretoria, a saber:

- Participar de forma integrada junto às unidades e setores que compõem a UFOPA nas fases de planejamento, execução e/ou operação de projetos, programas e obras voltadas para sistema de abastecimento de água, sistema de coleta, transporte e tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos, manejo e drenagem de águas pluviais, regularização ambiental, educação ambiental e conforto ambiental;
- Apoiar e promover a sustentabilidade na gestão dos diversos setores que compõem a UFOPA, buscando a adequação ambiental de seus processos e aspectos ambientais;
- Promover a sensibilização e a conscientização das comunidades acadêmica e técnico-administrativa na preservação, conservação, recuperação e manutenção do meio ambiente;
- Subsidiar ações, projetos e programas ambientais nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFOPA;
- Atuar, sempre de acordo com o interesse da administração pública federal, de forma conjunta e participativa com organismos relacionados ao meio ambiente em outras esferas do governo, bem como junto às organizações não governamentais e comunidades em geral.

Ao fazer o levantamento das atividades desenvolvidas verificou-se que elas estão voltadas para as questões de natureza estrutural da universidade. Porém, destaca-se a realização do Programa Institucional de Sensibilização Ambiental, cujo objetivo é promover a educação ambiental em todos os Campus da Ufopa, por meio da redução no consumo de materiais de insumo (copos descartáveis, papéis, energia elétrica e água). No ano de 2016, segundo consta no Relatório de Gestão (DMA, 2016), houve a extinção da Diretoria de Meio Ambiente, sendo mantida apenas a Coordenação de Gestão Ambiental (CGA) como estrutura administrativa responsável pela gestão ambiental da instituição.

5. CONCLUSÃO

Kraemer (2006) entende que as universidades desempenham papel relevante na formação de profissionais em uma perspectiva multidisciplinar como forma de

encontrar possíveis soluções para os problemas ligados ao desenvolvimento sustentável. Para ela, a universidade compete ministrar o mais elevado grau de ensino visando a capacitação e qualificação de cidadãos na resolução de antecipação dos problemas que mais aflige a sociedade como é caso da problemática ambiental.

A UFOPA não está fora dessa responsabilidade. Desde a sua implantação houve uma declaração formal com relação ao desenvolvimento sustentável, principalmente, no Plano de Desenvolvimento Institucional. Porém, pela leitura minuciosa do documento observou-se que os assuntos relacionados a questão da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não foram suficientemente abordados na construção do seu PDI. Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são utilizados de forma indiscriminada, sem referência as bases conceituais, filosóficas e epistemológicas. Em função da relevância deste documento para a universidade, deveria existir uma abordagem mais aprofundada sobre esses temas, pois, através deles ela explicita a intencionalidade institucional que pretende desenvolver, principalmente, no tocante às atividades envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Morin (2004b, p. 99), a universidade precisa superar-se para se encontrar a si própria, uma vez que “não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a instituição estudada começou a dar passos significativos com relação a questão da sustentabilidade, mas é necessário ampliar sua reflexão para que não fique restrita as questões da construção de um campus verde. É preciso ir mais além. É necessário iniciar um debate sobre os desdobramentos da sustentabilidade na realidade acadêmica, a serem expressos formalmente na atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional para o próximo quadriênio, e que se tornem factíveis, evitando a mera intencionalidade. Entende-se que esses debates sobre a ambientalização curricular, e os avanços decorrentes deles, podem oferecer importantes contribuições para o amadurecimento e a consolidação de práticas sustentáveis na educação superior.

REFERÊNCIAS

- BOLEA, Y. et al. Ambientalización Curricular de los Estudios de Informática Industrial. La experiencia en la UPC. **Anais da X Jornadas de Enseñanza Universitaria de Informática: robótica y informática**, p. 443–451, 2004.
- BRUNACCI, A.; PHILIPPI JR., A. Dimensão Humana do Desenvolvimento Sustentável. In: AUTOR. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- CASANOVA, A. R.; TROITEIRO, R. P. La responsabilidad social universitaria y el desarrollo sustentable/University social responsibility and sustainable development. **Revista Cubana de Ciencias Biológicas**, v. 2, n. 3, p. 25–32, 2013.
- GADOTTI, M. **Os mestres de Rousseau**. São Paulo SP: Cortez, 2004.
- GELI, A. M. G. DE; LEAL FILHO, W. Education for sustainability in university studies: Experiences from a project involving European and Latin American universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 7, n. 1, p. 81–93, 2006.
- GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- GONZÁLEZ MUÑOZ, M. DEL C. Principales tendencias y modelos de la educación ambiental en el sistema escolar. **Revista Iberoamericana de educación**, v. 11, p. 13–74, 1996.
- KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 3, n. 2, p. 1, 2004.
- KRAEMER, M. E. P. O ensino universitário e o desenvolvimento sustentável. VI Congresso da Organização Internacional de Universidade para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente–OIUDSMA. **Anais...2006** Disponível em: <http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/02/acervo_cientifico/outros_artigos/artigo_maria_elizabeth.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORIN, E. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 2. ed.rev. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2004a.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 10a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004b.
- NÓBREGA, M. L. DA S.; CLEOPHAS, M. DAS G. A Educação Ambiental como proposta de formação de professores reflexivos: das práticas contextualizadas à perspectiva emancipatória rumo à ambientalização no ensino de Ciências. **Revista Inter Ação**, v. 41, n. 3, p. 605–628, 2016.
- REIGOTA, M. A. DOS S. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental1. **Avaliação - Revista de Avaliação da Educação Superior**, v. 12, n. 2, jun. 2007.
- ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 87–102, 2009.

SANTARÉM. INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DE SANTARÉM SEMMA - CIAM Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Centro Municipal de Informações Ambientais - CIAM, 2013.

UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**, 2012.

Recebido em 20/9/2018. Aceito em 20/10/2018.

Sobre os autores e contato:

Luís Alípio Gomes - (Doutorando em Ciências Ambientais do Programa em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento PPGSND/UFOPA)

E-mail: luisalipiogomes@hotmail.com

Tânia Suely Azevedo Brasileiro - (Pós-doutora em Psicologia e Doutora em Educação, Professora Titular e Docente do Doutorado em Ciências Ambientais do Programa em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento PPGSND/UFOPA)

E-mail: brasileirotania@gmail.com